

Fala,
professor!
POLÍTICA PARA
A NOVA GERAÇÃO

Amostra

“

Uma conversa
com o professor
Christian Lohbauer
*sobre a política,
o Brasil e o mundo.*

Fala, *professor!*

POLÍTICA PARA
A NOVA GERAÇÃO

CHRISTIAN LOHBAUER

70

Fala, Professor!

Copyright © 2026 Edições 70.

Edições 70 é um selo da Editora Almedina do Grupo Editorial Alta Books (Starlin Alta Editora e Consultoria LTDA).

Copyright © 2026 Christian Lohbauer

ISBN: 978-65-5427-409-8

Impresso no Brasil – 1ª Edição, 2026 – Edição revisada conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 2009.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

L191f

Lohbauer, Christian

Fala, professor! Política para a nova geração /
Christian Lohbauer. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Edições 70,
2026.

236 p.; il.; 15,7 x 23 cm.

ISBN 978-65-5427-409-8

1. Educação. 2. Política. 3. Cidadania. 4. Ensino.
I. Título.

CDD 370.19

Índice para catálogo sistemático:

1. Educação e sociedade (educação política,
cidadania, formação crítica): 370.19

Todos os direitos estão reservados e protegidos por Lei. Nenhuma parte deste livro, sem autorização prévia por escrito da editora, poderá ser reproduzida ou transmitida. A violação dos Direitos Autorais é crime estabelecido na Lei nº 9.610/98 e com punição de acordo com o artigo 184 do Código Penal.

O conteúdo desta obra fora formulado exclusivamente pelo(s) autor(es).

Marcas Registradas: Todos os termos mencionados e reconhecidos como Marca Registrada e/ou Comercial são de responsabilidade de seus proprietários. A editora informa não estar associada a nenhum produto e/ou fornecedor apresentado no livro.

Material de apoio e erratas: Se parte integrante da obra e/ou por real necessidade, no site da editora o leitor encontrará os materiais de apoio (download), errata e/ou quaisquer outros conteúdos aplicáveis à obra. Acesse o site www.altabooks.com.br e procure pelo título do livro desejado para ter acesso ao conteúdo.

Suporte Técnico: A obra é comercializada na forma em que está, sem direito a suporte técnico ou orientação pessoal/exclusiva ao leitor.

A editora não se responsabiliza pela manutenção, atualização e idioma dos sites, programas, materiais complementares ou similares referidos pelos autores nesta obra.

Produção Editorial: Grupo Editorial Alta Books

Diretor Editorial: Anderson Vieira

Editor da Obra: Rodrigo Mentz

Vendas Governamentais: Cristiane Mutüs

Produtora Editorial: Rita Motta



Rua Viúva Cláudio, 291 – Bairro Industrial do Jacaré

CEP: 20.970-031 – Rio de Janeiro (RJ)

Tels.: (21) 3278-8069 / 3278-8419

www.altabooks.com.br – altabooks@altabooks.com.br

Ouidoria: ouidoria@altabooks.com.br



*Para meu filho Kiko,
que viverá em um Brasil melhor.*

Amostra

Sumário

| | |
|--|-----|
| Prólogo | 1 |
| Introdução | 5 |
| 1. A Experiência Política e alguns Conceitos | 7 |
| 2. Um Pouco de História, Instituições e Políticas Públicas | 59 |
| 3. Entender a Política Internacional | 153 |
| 4. Política para a Nova Geração | 187 |
| Referências | 211 |
| Notas | 219 |

Amostra

Prólogo

COMECEI A ESCREVER ESSE livro em 2019, mas a pandemia e outras confusões me fizeram retomar o texto apenas em 2025. Em 2018, tinha vivido uma experiência extraordinária. Me lancei pré-candidato ao Senado da República e depois candidato a Vice-Presidente da República do Brasil nas eleições gerais de outubro. Havia trabalhado intensamente para chegar até a candidatura. Estive junto de duas centenas de brasileiros que fundaram o Partido NOVO em 2011, e junto das dezenas de abnegados que festejaram seu registro no TSE em setembro de 2015. Deixei minha vida de executivo do setor privado e professor universitário para sair em campanha pelo Estado de São Paulo e depois pelo Brasil durante o ano de 2018. Enfrentamos uma eleição *sui generis* que teve ingredientes como o atentado à vida de um dos candidatos, um candidato fantoche de outro candidato impedido porque encarcerado, debates televisivos em que não fomos convidados a participar e o novo fenômeno das *fake news* em redes sociais. Ainda assim, tivemos quase 3 milhões de votos, finalizando em quinto lugar, na frente de políticos experientes e tradicionais como Marina Silva, Álvaro Dias e Henrique Meirelles.

Três vivências haviam me chamado a atenção. A primeira é a dimensão do Brasil. Todos nós achamos que sabemos o quanto grande é esse país. Mas ao sair pelas estradas e aeroportos, e visitar cidades, fazendas, usinas, fábricas, universidades, associações, feiras agrícolas, terreiros, favelas e portos em 11 Estados da federação, aprendi que as tais dimensões

continentais não são exagero. O Brasil é grande, vasto. As distâncias são longas. E somos muitos, mais de duzentos milhões, com expectativas e desejos diferentes. Organizar o Estado e a sociedade no Brasil não é mesmo tarefa para amadores.

A segunda vivência foi a constatação, pouco original é verdade, de que nosso modelo político está falido. Em 2018, a quase totalidade dos partidos políticos estava parcial ou totalmente distante das pessoas. Perderam legitimidade, perderam qualquer relação com um pensamento ideológico claramente definido. E as pessoas estavam e continuam cansadas e descrentes das agremiações. O sistema eleitoral também escancarou todas as suas deficiências. Mais uma vez, puxadores de votos garantiram a presença de figuras exóticas no Parlamento, coligações partidárias em troca de tempo de televisão expuseram a vergonha do jogo político. A sub-representação dos Estados do sudeste e sul mostrou-se mais uma vez intolerável. A “mãe das reformas”, a reforma política, permanece um desejo dos brasileiros, ainda que não saibamos se ela um dia virá.

Mas é sobre a terceira vivência que gostaria de dar destaque. Durante minhas andanças pelo país, centenas de jovens da geração entre 16 e 24 anos me abordavam para uma prosa ou para que respondesse alguma pergunta, ou mais importante, me pediam indicação de leitura. Candidato como “Professor Christian” e municiado de dezenas de vídeos curtos que foram intensamente divulgados pelas redes sociais, percebi que a figura do professor estava altamente demandada. A nova geração de brasileiros estava carente de leitura livre e de qualidade, de conceitos básicos da política, de linguagem direta, de provocação saudável. Estava cansada de superficialidade, burrice, ideologia barata, e intelectualidade arrogante. Uma parte da geração de brasileiros nascida no final do século XX e no início do século XXI se apresentou com energia, vontade, curiosidade, esperança e “faca nos dentes”. Estava em busca de uma visão de futuro, uma perspectiva que não tem nada de revolucionária. Quer liberdade para fazer e acontecer, ter acesso às diferentes fontes de ideias, quer poder mudar

de ideia, compartilhar, debater, trazer a tecnologia para melhorar a vida das pessoas, se divertir com o conhecimento.

Essa geração, algo em torno de 25 milhões de brasileiros e brasileiras, é a matéria prima mais preciosa que temos no Brasil. É a geração que pode garantir que o Brasil fique menos pobre antes de ficar velho. Essa moçada precisa de Política, com “P” maiúsculo. Precisa de uma educação que as escolas não deram. Precisa de bons livros, autores, informações, referências, conceitos e muita história. Para essa geração, comecei a produzir esse livro. Com ele queria, sem pretensão, dar um norte, quem sabe até respostas a tantas perguntas interessantes e essenciais que recebi durante a campanha. Aqueles quatro garotos da cidade de Jales que conheci na Agrishow em Ribeirão Preto, aos irmãos Sansei que me apresentaram os avós agricultores imigrantes na região de Araçatuba, aos estudantes da escola técnica do centro tecnológico de São José dos Campos, aos filhos da geração de desbravadores da nova fronteira da soja no Amapá, aquela moçada que me prestigiou na palestra em Lucas do Rio Verde no Mato Grosso, a rapaziada do centro de tradições gaúchas em Cachoeira do Sul, aos estudantes de Florianópolis, a geração de gerentes da Cooperativa Agrícola de Maringá, aos jovens empresários da Associação Comercial de São José do Rio Preto, e tantos outros que se entusiasmaram com os ventos de mudança daquele ano de 2018.

Mas veio a pandemia e outros projetos de vida interromperam a conclusão do livro. Em 2025, encontrei os rascunhos desse texto e decidi reorganizá-lo. Mais de cinco anos haviam passado e muita coisa aconteceu no Brasil e no mundo. O governo do Presidente Jair Bolsonaro mostrou-se uma ruptura longamente aguardada, mas ao mesmo tempo, não conseguiu estabelecer bases sólidas para dar sequência às reformas que o Brasil demandava. A sociedade brasileira se dividiu e polarizou. Uma campanha desonesta entre a burocracia de Estado e os meios tradicionais de comunicação conseguiu lograr o que se considerava impossível: o retorno do PT e de Lula da Silva ao poder. Tratou-se de um trauma que ainda

não foi totalmente absorvido pela sociedade. Às portas das eleições gerais de 2026, muitas das reflexões abaixo ainda estão vivas e outras foram acrescentadas.

Estou certo de que as ideias expostas em *Fala, Professor!* Podem ser úteis para que a nova geração possa compreender melhor a Política e o Brasil. Espero que possam espalhar essas ideias ao maior número de pessoas possível. Com elas e com as referências que encontrarão aqui, poderão fazer um diagnóstico mais preciso da realidade política do Brasil e do mundo. E ajudar a transformá-los.

Outubro de 2025.

Introdução

DECIDI ESCREVER UM LIVRO em linguagem simples e coloquial e me pareceu simpático que fosse apresentado em forma de entrevista. Isso permite que o leitor tenha a opção de escolher questões ou temas que mais lhe interessam sem que tenha que necessariamente seguir a ordem das questões.

O livro tem quatro capítulos. A primeira, “A Experiência Política e alguns Conceitos”, trata de minha experiência política, ainda que breve, e ao mesmo tempo esclarece alguns conceitos básicos da Política sem os quais não se pode compreender o mundo das relações de poder. Como será feito em todos os capítulos, trago um pouco de experiências vividas e apresento conceitos e autores que devem ser conhecidos por qualquer um que queira iniciar seu estudo ou atuação política.

No segundo capítulo, “Um Pouco de História, Instituições e Políticas Públicas”, faço um esforço de explicar o Brasil, as causas de suas desigualdades, nossa cultura política, nossa vocação produtiva e os impasses de algumas políticas públicas que não têm alcançado resultados satisfatórios. Uma avaliação crítica sobre a Constituição de 1988 e seus desafios faz parte desse capítulo. Inclui-se também uma explanação sobre a história recente do Brasil, incluindo o período de regime militar, a democratização e os últimos mandatos presidencialistas até o retorno do PT nas eleições gerais de 2022.

No terceiro capítulo, “Entender a Política Internacional”, trago reflexões e conceitos sobre as Relações Internacionais, as mudanças da ordem internacional nas últimas décadas e os desafios enfrentados no século XXI. É debatido o papel do Brasil no mundo, qual a sua relevância, qual sua desejada inserção internacional e quais são as oportunidades de política externa que gerem desenvolvimento e paz. Algumas experiências que vivi no mundo privado são trazidas como exemplo no decorrer da entrevista.

No capítulo final, “Política para a Nova Geração”, trago algumas reflexões sobre o quadro político contemporâneo, os desafios de combater a corrupção, manter a confiança para enfrentar o populismo, encontrar saídas para o Brasil. Um pouco de filosofia ajuda a promover a boa política, a política virtuosa, e permite deixar algumas dicas para aqueles que quiserem se aventurar pelo mundo da política.

A Experiência Política e alguns Conceitos

Vamos começar pelo começo. Por que escreveu “Fala, Professor”?

VENHO LECIONANDO E PALESTRANDO em diferentes instituições e para públicos de todas as idades há mais de vinte e cinco anos. Minha impressão é que, em diferentes proporções, há uma insatisfação geral e um questionamento cada vez mais intenso sobre o que devemos fazer para transformar o Brasil em um país justo, seguro e com oportunidades para quem quer trabalhar. E estou convencido de que é pela mudança da Política. O maior problema brasileiro não é e nunca foi econômico ou social. Os problemas econômicos e as mazelas sociais são resultado de um problema político crônico. Não praticamos a verdadeira política. Não fomos educados nem treinados para participar da reunião do síndico, das reuniões da comunidade ou da rua, do bairro. Não nos interessamos pela organização da vida comunitária, coletiva. Na nossa cultura, a rua, aquilo que é de todos, não é de ninguém¹. Há muitas explicações para isso, mas o fato é que deixamos o cuidado daquilo que é público nas mãos “dos

outros”. E os outros, na maioria, são pessoas como nós, que não davam a mínima para a política, mas encontraram nela um modo de vida. E isso perverteu nosso sistema político. Temos que reverter isso. Estamos vivendo o momento certo para fazê-lo e é o momento de a moçada arregaçar as mangas e cuidar do próprio futuro. Sem vitimismo, sem se ressentir com os erros cometidos nas políticas públicas por gente que a maioria nem sabe mais quem foi e que já ficou no passado. Desde 2013, com as manifestações de rua que até hoje despertam diferentes interpretações, há uma insatisfação no ar que ainda não foi totalmente saciada. É a hora da educação política. Achei importante deixar alguns conceitos, opiniões e experiências vividas que talvez sejam úteis aos mais jovens. O retorno do PT ao poder em 2022 deixou um sentimento de impotência e um ambiente de terra arrasada. Precisamos olhar para o futuro e resgatar a confiança.

Qual sua primeira lembrança Política?

Minha primeira lembrança política, que anos mais tarde entendi como minha primeira experiência política, ocorreu em 1977. Lembro-me de estar com minha mãe no caixa do supermercado e no espaço do balcão de compras estava colada uma figurinha do Presidente da República, o General Ernesto Geisel. Perguntei para minha mãe se podia pegar aquela figurinha e minha mãe segurou meu braço firme e disse: “Meu filho, deixe a figura aí. E sobre esse assunto falaremos em casa”. Já a caminho de casa, minha mãe me explicou que sobre o Presidente, sobre governo e sobre política não deveríamos falar na rua. Era um assunto para tratar em casa. Vivíamos o início da “abertura lenta, gradual e segura”. Ainda eram tempos duros no regime político brasileiro. O caso do assassinato do jornalista Herzog havia detonado uma crise no governo Geisel. O ano era o da denúncia do acordo militar com os Estados Unidos. O Brasil ainda vivia o milagre econômico. Pessoas responsáveis de famílias de classe média

paulistana deveriam pensar em trabalhar e ganhar dinheiro. Não pensar e debater política. Na época, havia um álbum de figurinhas sobre o Brasil que tinha figuras do presidente Ernesto Geisel, seus ministros e conquistas de seu governo. Propaganda oficial. Eu gostava. Me lembro até hoje das figurinhas de Shigeaki Ueki, Pedro Paulo dos Reis Veloso, Mario Henrique Simonsen, Alysson Paulinelli.

Minha geração é a primeira que cresceu na abertura e com a chegada da democracia. Fomos educados a execrar os militares e os tecnocratas que os acompanharam. Aqueles que compuseram a Frente Liberal e levaram Tancredo Neves a ganhar a presidência no Colégio Eleitoral em 1985, depois da frustração do bloqueio da emenda Dante de Oliveira pelas “Diretas Já”, eram homens como Antônio Carlos Magalhães, Jorge Bornhausen, Marco Maciel. Embora tenham arranjado para derrotar Paulo Maluf, fomos educados para rejeitá-los. Era fácil manter a união de diferentes grupos sociais quando todos queriam apenas a volta da democracia. Mas ao viver a democracia, aprendemos que a questão era mais complicada do que parecia. Aqueles que eram tratados como tóxicos não eram todos tão ruins assim e aqueles que eram os arautos da democracia e da ética mostraram que não eram tão diferentes assim de qualquer ser humano ambicioso. Na Constituinte, começamos a aprender o que eram as corporações, a corrupção, a burocracia e a distância dos representantes dos representados. Após 35 anos, tivemos que repensar muitos conceitos que recebemos durante essas décadas, em nossas famílias, na universidade (onde eu estive por dez anos como estudante e pesquisador vinculado à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, a FFLCH/USP) e na vida profissional, junto ao mercado e às empresas.

Professor, vamos retomar alguns conceitos gerais. O que é a Política?

Política é uma palavra que tem muitos significados. Vamos começar pela origem da palavra, pela etimologia. Foram os gregos antigos que, ao se organizarem em cidade-estado, a *Polis*, definiram que tudo que estava relacionado à organização e administração da cidade era a Política. A palavra passou então a denominar tudo aquilo que tivesse relação ao Estado, o conhecimento da administração do Estado, daquilo que é de todos, que é público. A ciência da política. Na Grécia antiga, Platão descreveu o homem em uma de suas obras mais importantes, “A República” (*Politeia*)² como um “animal político”. Em toda a formação da cultura ocidental, há pensadores que são essenciais para entendermos o desenvolvimento da Política. Nicolau Maquiavel é um deles. Ao escrever “O Príncipe” no início do século XVI, o florentino Maquiavel define a política como a “arte de exercer o poder, de governar”³. Não devemos confundir a Política com políticas públicas, ou em inglês para facilitar a diferenciação, *Politics* com *Policy*. Enquanto a política é a arte de governar, a política pública é a atitude, a maneira que um governo lida com determinado assunto de interesse público. Assim, há a Política de um lado e a política educacional ou a política financeira de outro, por exemplo.

Percebemos rápido que, quando se trata de Política, está se tratando de dois outros conceitos tão importantes quanto: o Estado e o Poder.

Então, como se pode definir o Estado?

Para entender o que é o Estado, ou pelo menos o Estado moderno, vamos buscar outro pensador importante: o inglês Thomas Hobbes. Hobbes estava preocupado com a instabilidade política do século XVI, com as

guerras religiosas que tomaram conta da Europa no século XVII. Em sua obra “O Leviatã”⁴ Hobbes descreve a necessidade de um ente, uma autoridade forte que pudesse conter a natureza humana, o “Estado de natureza *hobessiano*” onde o *homem é o lobo do homem*, onde, se não submetido à força de uma autoridade, sua natureza egoísta em ambiente de permanente escassez faz da vida humana uma guerra permanente. Essa autoridade, esse poder absoluto é o Estado. Os indivíduos renunciam à condição de usar a própria força e delegam o uso da força a um único corpo, autorizado a exercer a força por todos. Outro importante pensador que nos ajuda a entender a construção do Estado é o inglês John Locke. Locke foi um dos grandes defensores da liberdade e da tolerância. Em uma de suas obras mais importantes, o “Segundo Tratado sobre o Governo Civil”⁵, Locke fundamenta a noção de governo consentido pelos governados. Um contrato social baseado no direito natural à vida, à liberdade e à propriedade. Seu pensamento vai influenciar todas as revoluções liberais desde a inglesa, depois a americana e a fase inicial da francesa. Seu pensamento em relação a Hobbes é diferente quando se trata da natureza humana. Outra obra fundamental, mas que contribuiu mais para o pensamento do Estado dirigista e centralizador moderno, é O Contrato Social⁶ ou os princípios do direito político de Jean-Jacques Rousseau. Rousseau via no homem primitivo o “bom selvagem” que acaba sendo degenerado pela civilização. E, para conter a perversão civilizatória, era necessário um contrato social na forma do Estado. Rousseau propõe um pacto de associação entre indivíduos e não de submissão ao Estado. A ideia de igualdade entre os indivíduos ao condicionar sua liberdade civil à “Vontade Geral” pode parecer trivial, mas dá origem a boa parte dos debates político-filosóficos sobre a natureza humana e a melhor ação do Estado até os dias de hoje. Dando um salto na história, e para nos ajudar a entender o conceito moderno de Estado, devemos conhecer o pensamento do economista alemão e fundador da sociologia, Max Weber. Para Weber, o Estado é o “detentor do monopólio da força dentro de um

determinado território”. O monopólio legítimo da coerção física. Estado é o único que detém o aparelho administrativo para fazer cumprir as leis. Weber aprofunda a definição do Estado moderno em “A Política como Vocação”.⁷

Mas então o que   poder?

A defini  o de Poder que mais gosto   “a capacidade de fazer com que alguém faça algo que não faria por livre e espontânea vontade”. Essa capacidade vem, em última instância, da fôrça bruta. No mundo antigo, o indivíduo mais forte estabelecia sua liderança e a obediência se estabelecia em torno dele. Exércitos se formavam em torno de um líder, um guerreiro, um rei, um imperador. Ainda hoje existem no mundo do século XXI ambientes políticos com esse perfil. Quando a fôrça bruta   transferida ao Estado por consenso, evolui-se para um Estado com institui  es e, na evolu  o desse processo, o Estado democrático. Sen  o, s   fôrça bruta   o que manteria os homens sob controle. A maior forma de domina  o vem por meio do medo. Os indivíduos têm que temer a lei. Se não as temem, não há ordem. Se há temor   autoridade, atinge-se a paz. Em última instância, quem manda   quem tem os porta-aviões e as bombas at  micas. Não   assim? A evolu  o desse processo   a constru  o de um estado democrático. A capacidade de exercer a autoridade   um dos mais antigos campos de interesse humano. O estudo da obediência, da domina  o do homem sobre o homem. A pensadora Hannah Arendt⁸ desenvolveu uma das mais modernas defini  es de poder e política. Para Arendt, a política pressupõe a legitima  o do poder. Um consenso entre governantes e governados em rela  o às regras do jogo viabiliza o exercício do poder, já que a política não   uma atividade natural, mas o modo racional de se praticar o poder. Para Arendt, onde há a fôrça bruta, não há política. Na sua visão, a política seria então o oposto da violência.

como se pode definir a Democracia?

A Democracia é o regime político representativo e participativo. Independentemente das variações de funcionamento institucional das democracias modernas, basicamente os regimes democráticos são aqueles em que cidadãos livres têm direito a voto e eleições periódicas em que escolhem seus representantes políticos. Esses regimes têm uma divisão e independência entre os poderes executivo, legislativo e judiciário. O modelo de poderes que controlam uns aos outros foi concebido pelo filósofo iluminista francês Barão de Montesquieu em sua obra “O espírito das Leis”⁹. Montesquieu construiu seu pensamento para o aperfeiçoamento de monarquias parlamentares do século XVIII, mas sua teoria dos três poderes influenciou não apenas a constituição da França em 1791, mas muitas desde então, como a norte americana e a de outras repúblicas mais recentes. Ao propor divisões para o direito, procurou garantir igualdade e liberdade ao cidadão. Portanto, juízes não podem criar leis, assim como a legisladores não cabe julgar e ao poder executivo cabe aplicar a lei. “Só o poder freia o poder”, estabeleceu Montesquieu. O pensamento de Montesquieu foi essencial para que as repúblicas pudessem se consolidar mundialmente no século XIX e, posteriormente, as repúblicas democráticas, aquelas em que a soberania é transferida para as mãos de muitos, para que se tornassem constitucionais e chegassem à modernidade como a melhor opção de regime compreendida pela cultura do mundo ocidental. Atribui-se a Winston Churchill a frase “A Democracia é a pior forma de governo, com exceção de todas as demais”. Avaliando a aventura humana desde a Grécia antiga até os dias atuais, as democracias liberais se mostraram a melhor organização institucional e a que melhor resultado trouxe para a melhoria da qualidade de vida de seus integrantes. É difícil não constatar na realidade das nações que

as democracias liberais são os regimes que conseguiram garantir mais liberdade e prosperidade a um maior número de pessoas do que qualquer outra modalidade governamental. Contestar que é nos Estados Unidos, no Canadá, ou nas democracias europeias ocidentais que se encontra o maior número de pessoas que vivem livres e têm suas necessidades básicas de saúde, educação e segurança garantidas pelas instituições não me parece correto e tampouco intelectualmente honesto.

Qual é a finalidade da Política?

Dentro da filosofia de Aristóteles, a Política tem por finalidade a felicidade humana, a felicidade individual e coletiva¹⁰. Na modernidade, a Política se tornou a ciência da boa governança de um Estado ou de uma nação e seu objeto é a negociação de interesses divergentes. A finalidade da política é fazer com que os interesses de quem está no poder sejam representados e que suas vontades sejam realizadas. Ideal é que haja um regime de representação democrático, mas, seja qual for o regime, quando há instabilidade, o objetivo é sempre manter a unidade do Estado. Quando há estabilidade, o objetivo deve ser manter a prosperidade e o bem-estar. Quando há opressão, o objetivo é a liberdade e, quando há dependência, o objetivo é a independência. A Política serve ao grupo que detém o poder e seus objetivos variam de acordo com as circunstâncias.

O general e estrategista militar prussiano Carl von Clausewitz ficou célebre ao escrever “Da Guerra”¹¹ em 1819. Clausewitz era um teórico da guerra, mas formulou a frase “a guerra é a continuação da política por outros meios”. A Política pode, assim, ser entendida como a maneira de evitar a guerra, o instrumento de busca de consenso e acomodação de interesses.

Há uma forma e um sistema de governo ideais?

No mundo contemporâneo existem monarquias e repúblicas. As primeiras são, na maioria, herança de um mundo que não existe mais, onde reis comandavam países de forma autoritária. Salvo poucas nações da África e algumas ilhas do Pacífico, as monarquias contemporâneas são parlamentares e democráticas. É o caso do Reino Unido, da Holanda, Espanha, Canadá, Japão e Suécia, por exemplo. E há as repúblicas, regimes civis que podem ser presidencialistas ou parlamentaristas. As Repúblicas parlamentaristas têm presidentes com poderes limitados. Com exceção de países como França, Portugal ou Rússia, que são repúblicas “semipresidencialistas” onde o presidente tem funções executivas e atuantes, as repúblicas parlamentaristas respondem ao poder executivo de um Primeiro-Ministro líder de uma coligação de maioria no Parlamento. É o caso da Alemanha, Itália, Índia ou Finlândia. Há outros tipos pouco comuns, como a China, que é uma República unipartidária, a Arábia Saudita, uma monarquia absoluta, ou o Irã, uma República Islâmica teocrática (um regime não secularizado, que não se submeteu às leis civis, mantendo as leis religiosas como leis de Estado).

O Brasil é uma república presidencialista. Em 1993, houve um plebiscito para que a sociedade discutisse a forma e o sistema de governo que confirmou a preferência pela república presidencialista. Muito se debate sobre a eficácia ou adequação do parlamentarismo no Brasil, sob o argumento de que daria agilidade à troca de governos indesejáveis ao invés de prolongar governos ruins por quatro anos. É um debate que não faz sentido em um país com um sistema partidário fragmentado e pouco representativo como o nosso. Infelizmente, os partidos políticos no Brasil são sustentados pelo fundo partidário, dinheiro público que vem dos contribuintes e é distribuído de acordo com uma fórmula que

adota a representação dos partidos no congresso. Como no Brasil não há partidos coesos e com ideologias claras e tampouco fidelidade partidária, seria impossível sustentar um regime parlamentarista. É por isso que a reforma política é tão importante para o Brasil, antes de se falar em um sistema de governo ideal. É a “mãe das reformas”. Nela deveria estar contida uma mudança substancial no fundo partidário público, de preferência sua eliminação ou redução substancial. Além disso, a exigência de fidelidade partidária e compromisso ideológico com a agremiação. O número de partidos não precisa ter limite, contanto que haja uma cláusula de barreira, ou seja, um limite mínimo de votos ou representantes eleitos que garantam a representação do partido no parlamento. O Brasil só adotou essa regra em 2018 e ela começou a ser aperfeiçoada em 2022. Mas tudo muito lento, como são as coisas no Brasil. O movimento atual de formação de “federações partidárias” é reflexo dessa realidade. A lei é boa e necessária. Mas para partidos menores como o Novo, o desafio de conseguir votos ficou mais difícil.

O que deve ser feito no sistema partidário brasileiro?

Infelizmente, desde a democratização, constituir um partido político no Brasil se tornou um grande negócio. O acesso a recursos públicos fartos provocou uma onda oportunista de formação de agremiações sem nenhuma relação com a vontade da sociedade. Hoje são 29 partidos políticos registrados no país, dezenas em busca de registro e 20 representados na câmara federal na atual legislatura (2025). É inviável. Um vexame que foi tolerado durante décadas pela classe política que se aproveitou de partidos de aluguel para formar bases largas e amorfas de apoio que corromperam de vez a política nacional. Se já é difícil definir hoje qual o pensamento e a ideologia de partidos tradicionais como o MDB,

PSD, PP, União Brasil, Republicanos, Podemos, PDT, não se deve nem perder tempo com partidos como PMB, UP, Rede, Solidariedade, Avante, DC, PRTB, Agir, PSTU, PCO ou PCB. São aberrações de representação marginal, que vivem do dinheiro público, mal prestam conta de suas atividades, suas bancadas votam de acordo com a negociação do dia, ou são satélites monitorados por partidos maiores, ou servem a alguma personalidade exótica que se apoderou da legenda, aparelhou com parentes amigos, e a cada eleição negocia seu tempo de TV em troca de algum favor. O sistema partidário brasileiro é um desastre. Recentes modificações foram realizadas, mas ainda falta muito. Os tribunais de contas e o TSE são tão morosos nas avaliações das contas dos partidos que, ao se notificar irregularidades no uso dos recursos públicos, e sempre há, não têm força de punição e condenação dos responsáveis. É uma farra. E esse é um problema que a moçada tem que começar a estudar e reivindicar mudança total. Sem partidos políticos representativos, não há possibilidade de se fazer a boa política. Um parlamento civilizado funciona bem com seis ou sete partidos. Mais do que isso, é o caos que vivemos no “presidencialismo de coalizão”, essa modalidade de acordo político que o presidente Sarney inaugurou, o presidente FHC tolerou, o presidente Lula transformou em um monstro, Bolsonaro se tornou refém e o novo mandato de Lula arruinou de vez. O sistema ficou tão avariado que, quando a presidente Dilma foi afastada do poder em 2016, sua “base” partidária no Congresso era maior do que 400 membros em um total de 593. E nem isso foi possível para evitar sua expulsão do executivo.

Pode definir de forma sucinta Liberalismo, Socialismo e Fascismo?

O liberalismo é uma ideologia política baseada na liberdade individual. Os liberais defendem ideias que têm a liberdade como base das instituições